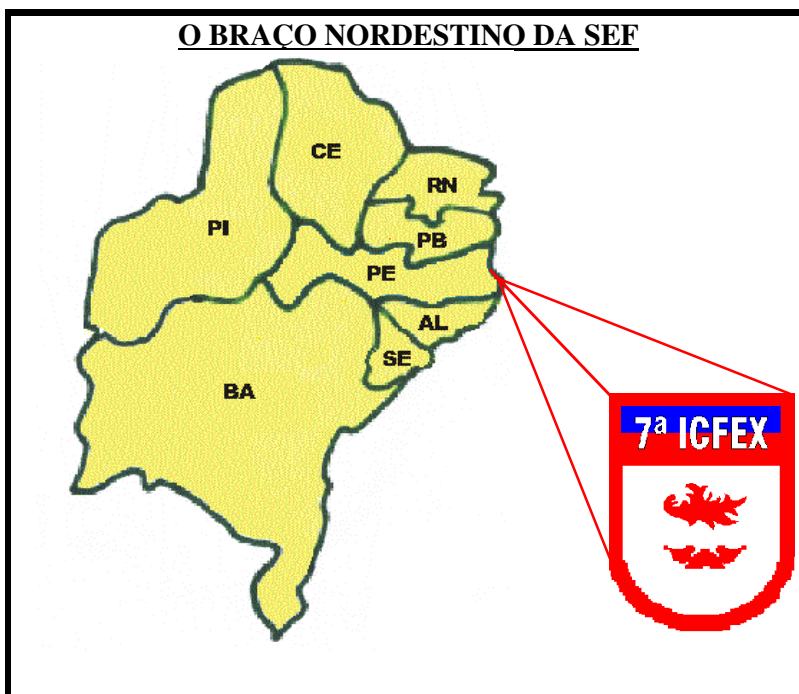




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**BOLETIM INFORMATIVO Nº 05
(30 DE MAIO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br

Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>

Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro da Conformidade Contábil Mensal – Março/2007	2
2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS	
1. Tomadas de Contas Anual	2
a. Regulares	2
b. Irregulares	2
2. Tomadas de Contas Especial	2
3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificação de Rotinas de Trabalho	3
a. Execução Orçamentária	3
b. Execução Financeira	3
c. Execução Contábil	4
1) Contas Contábeis	4
- Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)	4
- Orientações para Pagamento de Seguro Obrigatório de Veículos	4
2) Patrimônio	5
3) Custos	5
d. Execução de Licitações e Contratos	5
- Importante – Certificação Digital	5
- Retificação Comunica 46596 (Acórdão 1874/2007 Plenário)	6
e. Pessoal	7
- Promoção “post mortem”	7
f. Controle Interno	8
- Jurisprudência sistematizada do TCU	8
g. Visita de Auditoria	9
- Plano de Inspeções e Visitas de Auditorias para o 2º Semestre de 2008	9
2. Recomendações sobre Prazos	9
3. Soluções de Consultas	10
a. Realização de Despesas da Operação Pipa	10
b. Auxílio-Natalidade	10
c. Ata de Registro de Preços	10
d. Adicional de Habilitação	10
e. Assessorias Jurídicas	10
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG	11
a. Legislação e Atos Normativos	11
b. Orientações	11
1) Alguns Julgados do TCU	11
2) Emissão de Mensagens SIAFI	12
3) Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV)	12
6) Mensagens Expedidas	13
4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS	
1. Informações do tipo “Você sabia ...?”	13
2. Simpósio de Administração da UG/2008	14



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7^a INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7^a RM/1934)

1^a Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “ABRIL/2008”

Em cumprimento às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **ABRIL/2008**.

Encontram-se **COM RESTRIÇÕES** as seguintes UG:

CÓDIGO DA UG	NOME DA UG
160038	6º D Sup
167038	
160194	Cmdo 7ª RM/7ª DE

2^a Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Tomadas de Contas Anual

a. Regulares

Nada a considerar

b. Irregulares

Nada a considerar

2. Tomadas de Contas Especial

Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

1. Modificação de Rotina de Trabalho

a. Execução Orçamentária

Nada a considerar

b. Execução Financeira

MSG SIAFI 2008/0530600, DE 12 DE MAIO DE 2008.

ASSUNTO: TERMO DE COMPROMISSO

INFORMAMOS QUE PARA ATENDEDER A LEI 11.578/2007 FOI IMPLEMENTADO NO MODULO CONVENIOS NOVO TIPO DE TRANSFERÊNCIA PARA CADASTRAR O TERMO DE COMPROMISSO, INSTITUIDO PELA CITADA LEI.

A INCLUSÃO DO TERMO DE COMPROMISSO OCORRERÁ POR MEIO DAS TRANSAÇÕES >ATUPRECONV, PARA INCLUIR O PRE-TERMO DE COMPROMISSO, E PELA >CONVERCONV, PARA REGISTRAR A FORMALIZACAO DO TERMO. A TRANSAÇÃO >EXECCONV TAMBEM FOI ADAPTADA PARA POSSIBILTIAR O REGISTRO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE COMPROMIS

OS TERMOS CELEBRADOS NO EXERCÍCIO DE 2007 DEVERAO SER INCLUIDOS NO SIAFI POR MEIO DAS TRANSACOES >ATUPRECONV E >CONVERCONV. ESSE REGISTRO INCLUIRA UMA TRANSFERÊNCIA DO TIPO CONVÊNIO, POIS NO EXERCÍCIO DE 2007 NÃO EXISTIA UM TIPO ESPECIFICO PARA O TERMO DE COMPROMISSO.

A LIBERAÇÃO DE RECURSOS DO TERMO DE COMPROMISSO INCLUÍDO PELO PROCEDIMENTO ACIMA DEVERÁ SER FEITA UTILIZANDO AS ROTINAS DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE CONVENIO JÁ EXISTENTE.

PARA POSSIBILITAR A TROCA DO TIPO DE TRANSFERÊNCIA CONVÊNIO PARA O TIPO ESPECÍFICO, OU SEJA, TERMO DE COMPROMISSO, ESTAMOS DESENVOLVENDO NOVO TIPO DE EXECUÇÃO PARA POSSIBILITAR ESSE TIPO DE TROCA. ASSIM QUE DISPONIBILIZARMOS NOVO TIPO DE EXECUÇÃO ENVIAREMOS COMUNICA GERAL INFORMANDO A OPERACIONALIZAÇÃO.

NO CASO ESPECIFICO DAS ENTIDADES ENQUADRADAS NO § ACIMA, ORIENTAMOS QUE OS TERMOS DE COMPROMISSO FIRMADOS NO EXERCICIO DE 2007 SEJAM INCLUIDOS PELAS TRANSACOES ATUCONVENC E CONVERVENC. ESSAS TRANSAÇÕES SERÃO LIBERADAS PARA O GESTOR POR TEMPO DETERMINADO. PORTANTO, SERÁ NECESSÁRIO QUE SEJA INFORMADO A ESTA CCONT/STN O(S) CODIGO(S) DO(S) DO(S) USUARIO(S) PARA POSSIBILITAR A LIBERACAO DAS TRANSAÇÕES. ESSA SOLICITAÇÃO DEVERA SER FEITA POR MEIO DE COMUNICA PARA A UG 170999 - CCONT/STN.

QUANTO AOS TERMOS DE COMPROMISSO FIRMADOS NO EXERCÍCIO CORRENTE O PROCEDIMENTO SERÁ UTILIZAR O NOVO TIPO DE TRANSFERENCIA CRIADO NO MODULO CONVENIOS DO SIAFI. A LIBERAÇÃO DO RECURSO PODERÁ SER FEITA UTILIZANDO O DOC. HABIL DO TIPO "TK" COM A SITUAÇÃO CORRESPONDENTE AO TIPO DE DESPESA. CASO NÃO EXISTA UM CODIGO PARA A DESPESA QUE SERÁ REALIZADA, SERÁ NECESSÁRIO SOLICITAR A CCONT/STN A CRIACAO DE UM CÓDIGO DE SITUAÇÃO ESPECIFICA.

OS REGISTRO CONTABEIS SERÃO EFETUADOS NAS CONTAS DE COMPENSADO 1996221XX.

ATENCIOSAMENTE,
CCONT/STN
12 DE MAIO DE 2008.

c. Execução Contábil

1) Contas Contábeis

Msg SIAFI 2008/0438930, de 17 Abr 08, da SEF**- Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)**

O TCU determinou aos órgãos do Executivo que, na concessão de suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF):

a) observem a legislação pertinente, especialmente as disposições contidas no Decreto 5.355, de 25 Jan 05, Decreto 93.872, de 23 Dez 86, macrofunção SIAFI 02.11.21, Portaria/MF 95/2002 e regulamento complementar, utilizando o CPGF apenas como procedimento de excepcionalidade dentro do processo normal de aplicação do recurso público;

b) adotem providências junto aos supridos com relação aos valores despendidos além do limite fixado pela Portaria/MF 95, de 19 Abr 02;

c) respeitem o prazo limite de prestação de contas previsto no ato concessório, conforme disposto no item 2.1.5 dos procedimentos relativos à concessão de suprimento de fundos contidos no manual SIAFI;

d) se abstenham de realizar despesas superiores aos limites de gastos por nota fiscal, bem como não fracionem o objeto dessas despesas em diversas notas fiscais, cuja soma dos valores ultrapassasse o referido limite, com observância do subitem 3.2.2.3 da macrofunção SIAFI 02.11.21 - suprimento de fundos;

e) observem o limite máximo de despesa por nota previsto na legislação, notadamente nos procedimentos relativos à concessão de suprimento de fundos contido no manual SIAFI;

f) se abstenham de permitir ou aprovar prestação de contas de suprimentos de fundos que contenham despesas realizadas em data anterior ou posterior ao período de aplicação;

g) instaurem processo de Tomada de Contas Especial (TCE) quando da não prestação de contas relativas a suprimento de fundos no prazo previsto, atendendo o disposto no art. 8º, *caput*, da lei 8.443/1992 c/c art. 45, § 2º, do Decreto 93.872/1986;

h) cumpram o disposto no Acórdão 1.783/2004TCU Plenário e nos subitens 8.4, 8.5, 8.6 e 8.7 da macrofunção SIAFI 2.11.21, somente realizando saques na conta cartão quando o fornecedor não for afiliado da rede do CPGF, desde que devidamente justificado, e evitando permanecer com valores em espécie superiores a R\$ 30,00 (trinta reais), providenciando a devolução dos mesmos à conta única mediante GRU, sempre que ultrapassassem esse valor; e

i) não concedam suprimento de fundos a servidor que já esteja responsável por dois suprimentos de fundos, cumprindo o disposto na macrofunção SIAFI 02.11.21.

Esta mensagem tem como objetivo orientar as UG para a necessidade de acurado exame das prestações de contas, levando em consideração as circunstâncias envolvidas na situação em julgamento, valendo-se, inclusive, da jurisprudência de decisões do TCU.

MSG SIAFI 2008/0451362, de 22 Abr 08, da D Cont**- Orientações para pagamento de seguro obrigatório de veículos**

Para evitar o uso de suprimento de fundos, que não pode ser usado para pagar o seguro obrigatório de

VTR, a D Cont orienta as UG a fazerem o pagamento do seguinte modo,

a. emitir NE tendo como favorecido o Banco do Brasil (CNPJ 00.000.000/000191);

b. apropriar a despesa com os seguintes dados:

-documento hábil: NP situação: P01

-favorecido: Banco do Bras il;

-banco 001; agência de relacionamento; conta -corrente do credor: banco (o BB);

-identificador de transferência: código da UG + DPVA (ex: 160075dpva);

c. realizar o documento no CPR e levar uma cópia da OB ao Banco do Brasil para autenticação dos comprovantes.

Nos estados em que o DETRAN possua convênio com outra instituição bancária, não sendo possível o pagamento via Banco do Brasil, a UG poderá empenhar para uma seguradora, devendo para tanto contatar a FENASEG ou acessar o sítio www.fenaseg.org.br.

Eventuais casos omissos serão analisados pelas ICEx e, se for o caso, encaminhados à D Cont.

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Patrimônio

Nada a considerar

3) Custos

Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

1) Importante – Certificação Digital

MSG SIASG 046720, DE 29 DE ABRIL DE 2008.

ASSUNTO : IMPORTANTE - CERTIFICACAO DIGITAL (200999 - DLSG/SIASG/DF)

TEXTO: SENHORES USUARIOS,

O MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO, POR INTERMEDIO DA SECRETARIA DE LOGISTICA E TECNOLOGIA DA INFORMACAO - SLTI E DO DEPARTAMENTO DE LOGISTICA E SERVICOS GERAIS - DLSG, ESCLARECE:

1) NESTA FASE DO PROCESSO DE IMPLEMENTACAO DOS CERTIFICADOS DIGITAIS, OS ENCARGOS FINANCEIROS DA PRIMEIRA EMISSAO DESTE DISPOSITIVO DE SEGURANCA, FICARAO A CARGO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, BEM COMO OS CUSTOS DA AQUISICAO. APOS EXPIRACAO DOS PRAZOS DE VALIDADE DESTES OS CUSTOS CORRERAO POR CONTA DE CADA ORGAO OU ENTIDADE, QUE DEVERA PREVER DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA ESPECÍFICA EM SEUS ORÇAMENTOS. O CUSTO MEDIO, JA INCLUIDO O PRECO DO CERTIFICADO MAIS OS SERVICOS COBRADOS PELO SERPRO, E DE (18,00 + 111,00)=R\$ 129,00.

2) REVOGACAO DO CERTIFICADO DIGITAL:

2.1 A REVOGACAO DO CERTIFICADO DIGITAL SERÁ SOLICITADA QUANDO:

- FOR NECESSARIA A ALTERACAO DE QUALQUER INFORMACAO CONSTANTE DO CERTIFICADO DIGITAL;
- NOS CASOS DE PERDA, ROUBO, COMPROMETIMENTO OU SUSPEITA DE VIOLACAO/ DANO DA CHAVE PRIVADA CORRESPONDENTE AO CERTIFICADO DIGITAL;
- FOR CONSTATADA INFORMACAO INCORRETA NO CERTIFICADO.

2.2 A REVOGACAO PODERA SER SOLICITADA:

- PELO TITULAR DO CERTIFICADO DIGITAL;
- AUTORIDADE SUPERIOR DO ORGAO/ENTIDADE;
- AUTORIDADE CERTIFICADORA - AC/SERPRO.

2.3 A RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DIGITAL, SEGUIRA OS MESMOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS DOS PARA A CERTIFICAÇÃO, A QUAL DEVERA SER SOLICITADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE DO ORGAO/ENTIDADE.

2.4 OS CASOS DE PERDA, DANO, OU ESQUECIMENTO DE SENHA, REQUEREM EMISSÃO DE NOVA CERTIFICAÇÃO, ADOTANDO-SE OS MESMOS PROCEDIMENTOS DA RENOVAÇÃO.

2.5 LEMBRETE: OS PRAZOS DEFINIDOS PARA O ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, DIVULGADOS NO COMPRASNET, SERÃO RIGOROSAMENTE OBSERVADOS.

3) VISANDO A REDUÇÃO DE CUSTOS NA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, INFORMAMOS QUE NOS DESLOCAMENTOS ESPECÍFICOS PARA ESSA FINALIDADE, DEVERA SER VERIFICADO COM ANTECEDÊNCIA JUNTO A COMUNIDADE SERPRO, O AGENDAMENTO COM A AUTORIDADE CERTIFICADORA SERPRO, MAIS PRÓXIMA AO USUÁRIO.

ATENCIOSAMENTE

LORENI F. FORESTI
DIRETORA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Retificação Comunica 46596 (Acórdão 1874/2007 Plenário)

MSG SIASG 046733, DE 28 DE ABRIL DE 2008. 200999 - DLSG/SIASG/DF

ASSUNTO : RETIFICAÇÃO COMUNICA 46596 (ACÓRDÃO 1874/2007 PLENÁRIO)

SENHORES DIRIGENTES,

ATENDENDO À RECOMENDAÇÃO DO TCU, EXARADA POR MEIO DO ACÓRDÃO 1874/2007 TCU PLENÁRIO, ESPECIALMENTE O CONTIDO NO ITEM 9.2, ORIENTAMOS AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES INTEGRANTES DO SISG QUE: A) ABSTENHA-SE DE INCLUIR NO CONTRATO REFERIDO QUALQUER QUANTITATIVO ADICIONAL DE ESCAVAÇÃO DE SOLOS MOLES, UMA VEZ QUE A ETAPA DE TERRAPLENAGEM DA OBRA ENCONTRA-SE PRATICAMENTE CONCLUÍDA, CONFORME JÁ INFORMADO PELA PRÓPRIA AUTARQUIA NESTE PROCESSO, DEVENDO AS EVENTUAIS NECESSIDADES ADICIONAIS, SUJEITAS A RIGOROSA DEMONSTRAÇÃO E COMPROVAÇÃO, SEREM VIABILIZADAS, SE FOR O CASO, POR MEIO DE OUTRO INSTRUMENTO; B) REVEJA, EM CARÁTER PRIORITÁRIO, SUAS NORMAS INTERNAS A RESPEITO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ESPECIALMENTE A QUE INSTITUIU OS CHAMADOS RELATÓRIOS DE REVISÃO EM FASE DE OBRAS, ADEQUANDO-AS ESTRITAMENTE ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS DISCIPLINADORAS DOS PROJETOS DAS OBRAS PÚBLICAS E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, E ÀS SEQUENTES DIRETRIZES EMANADAS PELA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE: C) AS LICITAÇÕES PARA EXECUÇÃO DE OBRAS SOMENTE PODEM SER INICIADAS QUANDO SE DISPUSER DE PROJETO BÁSICO OU EXECUTIVO DEVIDAMENTE ATUALIZADO E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE SER EXECUTADO, ESTANDO VEDADA A APROVAÇÃO DE RELATÓRIOS DE

REVISÃO DO PROJETO QUE O IGNORE OU O DESVIRTUE TOTAL OU PARCIALMENTE, RESSALVADA ALTERAÇÕES PONTUAIS SEM GRANDES REPERCUSSÕES FINANCEIRAS, DEVENDO A EVENTUAL INÉPCIA DO PROJETO, CONSTATADA APÓS A LICITAÇÃO, ACARRETAR A ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO E DO CONTRATO DECORRENTE, BEM COMO A PUNIÇÃO, EM PROCESSO ADMINISTRATIVO REGULAR, DE TODOS OS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA INCORREÇÃO DO PROJETO; D) ADMITE-SE QUE SEJAM ENTREGUES À RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS CONTRATADAS, COMO ENCARGO, E DESDE QUE EXPRESSAMENTE PREVISTO NO EDITAL, APENAS A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DA OBRA, CUJO PRINCIPAL ESCOPO É O DE CONTINUAÇÃO E DETALHAMENTO DO PROJETO BÁSICO, NÃO SE ADMITINDO, POR ISSO, QUE O PROJETO EXECUTIVO TRAGA ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS MAIS RELEVANTES, EM TERMOS FINANCEIROS, ESTIMADOS PELO PROJETO BÁSICO E NAS PRINCIPAIS SOLUÇÕES TÉCNICAS NELE ADOTADAS; E) AS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS FORA DAS HIPÓTESES RELACIONADAS NO ART. 65, INCISO II, DA LEI 8.666/1993, SUBORDINAM-SE A UM GANHO QUANTITATIVO OU QUALITATIVO PALPÁVEL PARA OS USUÁRIOS FINAIS DAS OBRAS, NÃO SE ADMITINDO A REFORMULAÇÃO DO PROJETO, EM VIRTUDE DE ERRO, OMISSÃO, OBSOLESCÊNCIA OU QUALQUER OUTRO MOTIVO QUE ACARRETE AUMENTO DO CUSTO DO EMPREENDIMENTO; F) NÃO SE ADMITE A TRAMITAÇÃO DE RELATÓRIOS DE REVISÃO DE PROJETOS EM FASE DE OBRAS ANÔNIMOS OU SEM A PERFEITA IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO DOCUMENTO, CUJA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DEVE SER DEVIDAMENTE PROVIDENCIADA, DO MESMO MODO QUE O PROJETO DA OBRA; G) NA DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DOS EVENTUAIS NOVOS SERVIÇOS A SEREM ACRESCENTADOS AOS CONTRATOS, O PREÇO FINAL DEVE SER DEDUZIDO DOS PREÇOS DOS ITENS CONGÊNERES PREVISTOS NO CONTRATO ORIGINAL E DAS CONDIÇÕES LICITADAS, NÃO SE ADMITINDO QUE, NA SUA COMPOSIÇÃO DE PREÇO, CONSTEM CUSTOS ELEMENTARES DE INSUMOS DIFERENTES DOS ATRIBUÍDOS AOS MESMOS INSUMOS EM COMPOSIÇÕES PREEXISTENTES NEM TAXAS DE CONSUMO OU DE PRODUTIVIDADE EM VISÍVEL DESACORDO COM AS ESPECIFICADAS EM COMPOSIÇÕES SEMELHANTES, ATENTANDO-SE PARA O FATO DE QUE O PREÇO DE MERCADO SEMPRE DEVERÁ SERVIR DE LIMITANTE SUPERIOR;

DLSG/SLTI/MP

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

e. Pessoal

Promoção “post mortem”

- A matéria encontra-se publicada no Anexo “D”, ao presente BINFO.

f. Controle Interno

(Msg SIAFI 2008/0438821, de 17 Abr 08, da SEF)

- Jurisprudência sistematizada do TCU

O TCU informa que sua jurisprudência sistematizada, resultado do projeto SISJUR, que mapeou os entendimentos consolidados e predominantes em diversas áreas de atuação da Corte de Contas, está disponível no seguinte endereço:

- <https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=175:13:814261838214968>.

A fim de facilitar a pesquisa e ordenar a informação, os assuntos são organizados hierarquicamente como "árvores" de área, temas e subtemas. Existem três tipos de informação que o sistema apresenta:

a. súmulas: entendimento oficial do TCU e que, para aprovação, passou por ritual estabelecido em regulamento interno;

b. excertos: extratos de uma ou mais partes do acórdão ou decisão, podendo ser contínuos ou compostos de vários fragmentos; e

c. resenhas: resumos sintéticos elaborados pela Diretoria de Jurisprudência; não representam o entendimento oficial do TCU.

Os procedimentos de "navegação em árvore" estão disponíveis no item 3.1 do módulo "visão geral", opção "saiba mais" (clique no "mouse").

As "áreas de interesse" disponíveis para consulta são as seguintes:

- a. agente;
- b. contratação direta;
- c. contrato;
- d. convênio e congêneres;
- e. desestatização;
- f. ente;
- g. geral;
- h. licitação;
- i. licitação internacional;
- j. obra e serviço de engenharia;
- l. pessoal;
- m. planejamento e habilitação;
- n. processual;
- o. publicidade e propaganda;
- p. responsabilidade; e
- q. serviço terceirizado.

g. Visita de Auditoria

Plano de Inspeções e Visitas de Auditorias para o 2º Semestre de 2008

- Designo os militares abaixo para sob a chefia do primeiro, comporem as equipes de Auditoria de Campo:

Nº	UG	GUARNIÇÃO	DATA	MILITARES
01	CPOR/R	RECIFE –PE	1º Jul 08	MAJ SANCHES TEN RENATA
02	59º BIMTz 20ª CSM	MACEIÓ/AL	07 a 11 Jul 08	CAP BEZERRA TEN RENATA
03	15º BIMTz 1º Gpt E	João Pessoa/PB	14 a 18 Jul 08	MAJ CAMPOS TEN NÓBREGA
04	1º BEC	Caicó/RN	21 a 25 Jul 08	CAP LIMOEIRO TEN RAQUEL
05	7º BEC 24ª CSM	Natal/RN	28 Jul a 1º Ago 08	CAP BEZERRA TEN CLÁUDIO
06	2º BEC 26ª CSM	Teresina/PI	03 a 08 Ago 08	MAJ ANDERSON TEN DJEANE
07	72º BIMTz Obra Rio São Francisco	Petrolina/PE	10 a 15 Ago 08	CEL FERRÃO TEN RODNEY TEN EDVALDO
08	H Ge S 35º BIMtz	Salvador/BA Feira de Santana/BA	10 a 15 Ago 08	MAJ SANCHES CAP LIMOEIRO
09	23ª CSM H Gu JP	João Pessoa/PB	11 a 15 Ago 08	MAJ CAMPOS TEN NÓBREGA
10	25º BC 3º BEC	Teresina/PI Picos/PI	31 Ago a 05 Set 08	CEL FERRÃO TEN RODNEY TEN EDVALDO
11	3ª DL	Olinda/PE	09 a 10 Set 08	CAP ARCANJO TEN PAIVA
12	7º D Sup	Recife/PE	10 a 11 Set 08	MAJ ANDERSON TEN CLEYTON
13	C M R	Recife/PE	11 Set 08	CAP ARCANJO TEN PAIVA
14	10ª Bda Inf Mtz	Recife/PE	16 Set 08	CAP ARCANJO TEN CLEYTON
15	H Gu N 16º BIMTz 17º GAC 7ª Bda Inf Mmtz	Natal/RN	21 a 26 Set 08	MAJ ANDERSON TEN DJEANE
16	19ª CSM 28º BC	Aracajú/SE	11 Set 08	CAP ARCANJO TEN PAIVA

Em consequência:

- Os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

(Transcrição da Nota para BINFO Nº 004-S/2, de 04 Jun 08)

2. Recomendações sobre Prazos

Nada a considerar

3. Soluções de Consultas

a. Realização de despesas da Operação Pipa

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFEx	Of Nº 031-A/2-SEF, de 24 Abr 2008.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Consulta versando sobre realização de despesas da Operação Pipa.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria encontra-se publicada no anexo “A”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

b. Auxílio-Natalidade

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFEx	Of Nº 086-Asse Jur – 08(A1/SEF), de 07 Mai 2008.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Consulta versando sobre pagamento de auxílio-natalidade em razão de reconhecimento de paternidade.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficio.htm .	

c. Ata de Registro de Preços

UG de Origem	Documento de Resposta
Cmdo da 9ª RM	Of Nº 021-A/2, de 26 de março de 2008.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Consulta sobre emissão de Ata de Registro de Preços em processos licitatórios que não previa o regime de SRP.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria encontra-se publicada no anexo “B”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

d. Adicional de Habilitação

UG de Origem	Documento de Resposta
DCT	Of Nº 049-Asse Jur – 08(A1/SEF), de 12 Mar 2008.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Consulta a cerca dos percentuais devidos a títulos da verba em epígrafe, aos concludentes dos diversos cursos de formação e/ou graduação do Instituto Militar de Engenharia (IME).	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria encontra-se publicada no anexo “C”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

e. Assessorias Jurídicas

UG de origem	Documento de Resposta
12ª RM	- Ofício nº 102- Asse Jur-08 (A1/SEF), de 14 Mai 08.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Consulta versando sobre as atribuições de Assessorias jurídicas de Grandes Unidades, no que diz respeito à área de atuação da Secretaria de Economia e Finanças.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- “ http://intranet.sef.eb.mil.br/intranet/assessoria1/oficio.htm ”	

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG

a. Legislação e Atos Normativos

ASSUNTO	Onde Encontrar	Observações
Portaria Nº 277, de 30.04.2008 – Aprova as Instruções Gerais para Administração dos PNR do Exército (IG 50-01) e dá outras providências.	BE Nº 19, de 9 Mai 08	Tomar conhecimento
Portaria Nº 008-SEF, de 16.05.2008 – Aprova as Normas para o Exame de Pagamento de Pessoal.	BE Nº 20, de 16 Mai 08	Tomar conhecimento

b. Orientações

1) Alguns julgados do TCU:

Assunto: CONTRATOS. DOU de 14.04.2008, S. 1, p. 71. **Ementa:** o TCU determinou ao Controle Interno do (...) que registrasse no relatório de gestão das próximas contas daquele Tribunal se as suas minutas dos contratos para contratação de serviços conteriam cláusula que condicionasse os **pagamentos ao contratado à apresentação de documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e FGTS, bem como das respectivas folhas de pagamento**, no sentido de evitar condenação subsidiária da União pelo não adimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empresa contratada, nos termos do Enunciado/TST nº 331 (item 5.1, TC-024.208/2007-2, Acórdão nº 574/2008-TCU- Plenário).

Assunto: LICITAÇÕES. DOU de 14.04.2008, S. 1, p. 80. **Ementa:** o TCU determinou à (...) que, na definição do objeto da licitação, observasse os dispositivos dos art. 15, inc. IV, e 23, § 1º da Lei nº 8.666/1993, e da Súmula/TCU nº 247, no sentido de que é obrigatória a admissão da **adjudicação por item**, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade (item 9.3.2, TC-027.954/2007-7, Acórdão nº 607/2008-TCU-Plenário).

Assuntos: CONTRATOS e LICITAÇÕES. DOU de 14.04.2008, S. 1, p. 82. **Ementa:** o TCU fixou **linhas de conduta na formulação de editais de licitação e na gestão de contratos de execução indireta e contínua de serviços**, conforme segue: a) para modelos de execução indireta de serviços, inclusive os baseados na alocação de postos de trabalho, se a categoria profissional requerida se encontra amparada por convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva aplicável a toda a categoria, determinando o respectivo valor salarial mínimo, esse pacto laboral deve ser rigorosamente observado nas licitações efetivadas pela Administração Pública e nas contratações delas decorrentes; b) é vedada a fixação de piso salarial para serviços que devem ser medidos e pagos por resultados; c) em instrumentos de contrato ajustados com a Administração Pública, em que os respectivos editais de licitação fixaram os pisos salariais das categorias profissionais executoras dos serviços, o órgão contratante deverá efetuar os seguintes controles, entre outros que entenda necessários: c.1) com fundamento nos arts. 54, § 1º, "in fine", e 55, inc. XI, da Lei nº 8.666/1993, adotar as providências necessárias ao aditamento do contrato com vistas a explicitar que a empresa contratada se obriga a pagar os salários lançados em sua proposta; c.2) fiscalizar periodicamente o efetivo pagamento dos valores salariais lançados na proposta contratada, mediante a verificação das folhas de pagamento referentes aos meses de realização dos serviços, de cópias das carteiras de trabalho dos empregados, dos recibos e dos respectivos documentos bancários, entre outros meios de fiscalização cabíveis.

2) Emissão de Mensagens SIAFI**MSG SIAFI 2008/0485055 de 29 de Abril de 2008.**

DO: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

REF: MENSAGEM SIAFI 2007/0888496 - SEF, DE 16 DE JULHO DE 2007

1. ESTA SECRETARIA TEM OBSERVADO A UTILIZAÇÃO CONSTANTE DE MENSAGEM "COMUNICA" PARA ASSUNTOS NÃO LIGADOS À FINALIDADE DO SIAFI SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL, TAIS COMO OFERECIMENTO DE VAGAS EM ORGANIZAÇÕES MILITARES (OM) A SEREM PREENCHIDAS POR MILITARES INTERESSADOS (MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL).

2. TAIS MENSAGENS, ALÉM DE ESTAREM FORA DA DESTINAÇÃO DO SIAFI, CUJA ADMINISTRAÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, CONGESTIONAM SOBREMODO O SUBSISEMA "COMUNICA", PREJUDICANDO O TRÂMITE DE ASSUNTOS QUE LHE SÃO REALMENTE CONCERNENTES (ITENS 1 E 4.6, DO CÓDIGO 02.01.00, DO MANUAL SIAFI).

3. A SEF, COMO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO DO COMANDO DO EXÉRCITO, REITERA, EM CONSEQUÊNCIA, A RECOMENDAÇÃO CONSTANTE DA MSG SIAFI 0888496, DE 16 JUL 07, ACIMA REFERIDA, A TODAS AS UNIDADES GESTORAS QUE SE ABSTENHAM DE UTILIZAR O SIAFI PARA ASSUNTOS FORA DE SUA FINALIDADE.

4. AS ICFEX TRANSCREVAM INTEGRALMENTE A PRESENTE MENSAGEM EM SEUS BOLETINS INFORMATIVOS DE MAIO DE 2008.

BRASÍLIA - DF, 29 DE ABRIL DE 2008

GEN EX FERNANDO SÉRGIO GALVÃO
SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS**OSORIO 200 ANOS****"É FÁCIL A MISSÃO DE COMANDAR HOMENS LIVRES: BASTA MOSTRA-LHES O CAMINHO DO DEVER"**

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV)**MSG SIAFI 2008/0543651, de 14 de Maio de 2008.**

ASSUNTO: SIGA

DO: DO CHEFE 7^a ICFEX

AOS: SRS OD UG VINCULADAS

1. VERSA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE CONFORMIDADE DE USUÁRIO NO SISTEMA SIGA.

2. LEMBRO-VOS QUE ESSA FUNCIONALIDADE DEVERÁ SER EXECUTADA PELO USUÁRIO QUE TIVER O PERFIL DE ADMINISTRADOR DE OM E NOS PRIMEIROS DEZ DIAS DE CADA MÊS. CADA OM DEVERÁ POSSUIR PELO MENOS DOIS USUÁRIOS COM ESTE PERFIL E A FUNCIONALIDADE SÓ PRECISARÁ SER EXECUTADA UMA ÚNICA VEZ A CADA MÊS. CASO A FUNCIONALIDADE NÃO SEJA EXECUTADA DENTRO DO PERÍODO, O SISTEMA BLOQUEARÁ E RETIRARÁ TODOS OS PERFIS DE TODOS OS USUÁRIOS DA OM.

3. FOI VERIFICADO QUE ALGUMAS UG DEIXARAM DE DAR A CONFORMIDADE NO PERÍODO ESTABELECIDO, TENDO, POR CONSEQUÊNCIA, OS USUÁRIOS DO SIGA BLOQUEADOS E SEM PERFIS.

4. FOI VERIFICADO TAMBÉM, QUE AS UG TÊM SOLICITADO DESBLOQUEIO DOS USUÁRIOS MAS NÃO ESTÃO INFORMANDO OS PERFIS QUE DESEJAM.

5. UMA VEZ TAL SITUAÇÃO, SOLICITO QUE AS UG INFORMEM O NOME COMPLETO, CPF E OS PERFIS DO USUÁRIO A SER DESBLOQUEADO.

RECIFE-PE, EM 14 MAIO 2008

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL INT
CHEFE 7^a ICFOX

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) Mensagens Expedidas

MENSAGEM	EXPEDIDOR	ASSUNTO
SIAFI 2008/0485055	SEF	Emissão de Mensagens SIAFI
SIAFI 2008/0536978	7 ^a ICFOX	GRU – Impressão de Boletos via Aplicativo Local
SIAFI 2008/0547962	7 ^a ICFOX	Conformidade de Gestão
SIASG 046720	DLSG/SIASG/DF	Importante – Certificação Digital
SIASG 046733	DLSG/SIASG/DF	Retificação Comunica 46596 (Acórdão 1874/207 Plenário)

4^a Parte – ASSUNTOS GERAIS

1. Informações do tipo “Você sabia ...?”

a. Que nas licitações e contratos de prestação de serviços nos quais sejam gerados programas de computador a UG deve atentar para o que prescreve a Lei nº 9.609, de 19 Fev 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no país, e dá outras providências, em especial o “caput” do Art 4º que versa sobre os direitos relativos ao programa de computador, desenvolvido e elaborado durante a vigência de contrato ou de vínculo estatutário?

2. SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA UG/2008

- De acordo com a determinação contida na MSG SIAFI Nº 2008/0152902, de 08 Fev 08, da SEF, as UG vinculadas realizaram o Simpósio de Administração, conforme consta no quadro abaixo:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**

Recife-PE, 16 de maio de 2008

Of nº 032 S/1

Do Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e
Finanças do Exército

Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças.

Assunto: simpósio de administração da UG 2008

Rfr: MSG SIAFI Nº 2008/0152902, de 08 Fev 08
da SEF.

1. Versa o presente expediente sobre Simpósio de Administração da UG 2008.

2. Conforme determinação constante no documento da referência, informo a V Ex^a, que todas as UG vinculadas a esta Inspeção, se reciclaram no tocante a atualização administrativa de seus agentes e auxiliares, conforme consta no quadro abaixo:

Cód	UNIDADES GESTORAS	BI	DATA DO BI
160003	20ª Circunscrição de Serviço Militar	051	30/04/08
160004	59º Batalhão de Infantaria Motorizado	091	15/05/08
160023	10ª Cia de Engenharia de Combate	077	24/04/08
160028	35º Batalhão de Infantaria	041	03/03/08
160029	18ª Circunscrição de Serviço Militar	081	05/05/08
160030	1ª Companhia de Infantaria	043	23/04/08
160032	17ª Circunscrição de Serviço Militar	079	27/04/08
160033	19º Batalhão de Caçadores	079	07/05/08
160034	4ª Companhia de Guarda	063	03/04/08
160036	Comando da 6ª Região Militar	070	14/04/08

Cód	UNIDADES GESTORAS	BI	DATA DO BI
160038	6º Depósito de Suprimento	042	30/04/08
160039	Hospital Geral de Salvador	047	25/04/08
160040	Parque Regional de Manutenção/6	045	18/04/08
160041	40º Batalhão de Infantaria	078	29/04/08
160044	23º Batalhão de Caçadores	086	08/05/08
160045	25ª Circunscrição de Serviço Militar	027	17/04/08
160046	Colégio Militar de Fortaleza	044	03/03/08
160047	Comando da 10ª Região Militar	070	14/04/08
160049	10º Depósito de Suprimento	046	25/04/08
160050	Hospital de Guarnição de Fortaleza	084	06/05/08
160051	Parque Regional de Manutenção/10	078	28/04/08
160084	Colégio Militar do Recife	070	14/04/08
160139	Hospital de Guarnição de João Pessoa	071	16/04/08
160172	16º Regimento de Cavalaria Mecanizado	082	05/05/08
160173	31º Batalhão de Infantaria Motorizado	079	29/04/08
160174	15º Batalhão de Infantaria Motorizado	080	30/04/08
160175	23ª Circunscrição de Serviço Militar	018	30/04/08
160176	Comando do 1º Grupamento de Engenharia de Construção	080	30/04/08
160177	71º Batalhão de Infantaria Motorizado	075	22/04/08
160178	14º Batalhão de Infantaria Motorizado	086	09/05/08
160179	3ª Divisão de Levantamento	083	08/05/08
160180	4º Batalhão de Polícia do Exército	075	23/04/08
160181	7º Grupamento de Artilharia de Campanha	072	16/04/08
160183	72º Batalhão de Infantaria Motorizado	057	26/03/08
160184	10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	038	26/02/08
160185	14º Batalhão Logístico	044	24/03/08
160187	21ª Circunscrição de Serviço Militar	045	24/04/08
160188	4º Batalhão de Comunicações	084	08/05/08
160191	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva /Recife	068	10/04/08
160193	Cmdo da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada	082	30/04/08
160194	Cmdo da 7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército	076	25/04/07
160195	Comando Militar do Nordeste	077	29/04/08
160198	7º Depósito de Suprimento	076	24/04/08
160199	Hospital Geral de Recife	087	09/05/08
160200	Parque Regional de Manutenção/7	054	19/03/08
160201	Comissão Regional de Obras	028	15/04/08
160202	3º Batalhão de Engenharia de Construção	076	24/04/08
160203	2º Batalhão de Engenharia de Construção	092	16/05/08
160204	25º Batalhão de Caçadores	081	06/05/08
160205	26ª Circunscrição de Serviço Militar	013	26/03/08
160339	1º Batalhão de Engenharia de Construção	078	25/04/08
160340	16º Batalhão de Infantaria Motorizado	081	30/04/08
160341	17º Grupo de Artilharia de Campanha	078	28/04/08
160342	24ª Circunscrição de Serviço Militar	078	28/04/08
160343	7º Batalhão de Engenharia de Combate	080	30/04/08
160344	Comando da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada	078	26/04/08
160345	Hospital de Guarnição de Natal	081	02/05/08

7^a ICFEx	Continuação do B Info Nº 05, de 30 de maio de 2008	Pág 16	
----------------------------	---	---------------	--

Cód	UNIDADES GESTORAS	BI	DATA DO BI
160453	19ª Circunscrição de Serviço Militar	033	30/04/08
160454	28º Batalhão de Caçadores	059	31/03/08
160525	Escola de Administração do Exército	086	09/05/08

GERALDO LUIZ DOS SANTOS – Ten Cel Int
Rsp pela Chefe da 7ª ICFEx

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever.”